

Entre-lugares de verdades perigosas: a teoria das representações sociais, a dor do outro e a dialogicidade ainda possível

Denise Marcos Bussoletti
Pedrinho Guareschi

RESUMO

Este artigo se insere na tradição dos estudos psicossociais e culturais críticos. Discute a Psicologia Social e o seu possível caráter de ciência produtora de “verdades perigosas”, na perspectiva da teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1971). A hipótese básica que permeia o texto é a centralidade da categoria de relação (GUARESCHI, 1995) na abordagem do sujeito e da realidade social. Estabelecemos, para tanto, uma interlocução com as reflexões propostas por Marková (2006) e Jovchelovitch (2008) nos marcos da constituição de uma Psicologia Social Dialógica. Finalizamos apresentando uma possibilidade de tratamento da teoria das Representações Sociais com base nesta abordagem, debatendo o dilema ético: o que fazer diante da dor do Outro? Utilizamos como auxiliares nesta perspectiva os conceitos de “dialogia” e de “excedente de visão” da teoria bakhtiniana. Concluímos pela retomada de direção, no sentido de afirmação de uma Psicologia Social Dialógica, uma Psicologia Social de verdades perigosas.

PALAVRAS-CHAVE: Representações sociais. Psicologia Social. Abordagem dialógica.

1 Acerca dos desassossegos

Boaventura dos Santos chamou atenção para um dos seus sinais, que pode ser considerado como sendo o do “nosso tempo”, afirmando: “Há um desassossego no ar” (SANTOS, 2005, p. 42). Algo que pelo autor pode ser entendido como um trânsito por entre tempos (um presente que está terminando e um futuro que ainda não chegou), um “tempo de passagem”. Um desassossego gerado pelo paradoxo entre “os excessos de determinismo e de indeterminismo”. Uma desconfiança nos mapas antigos, e a exigência de novos mapas, espaço de uma “sociedade intervalar” ou de “uma sociedade de transição paradigmática”, conforme afirma o autor.

Do ponto de vista do conhecimento e de seu potencial de produção de verdades, mais ou menos questionáveis, podemos ilustrar parte desse desassossego também através da interpretação irônica de Neil Smith quando diz que “o Iluminismo está morto, o Marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto... e o autor também, não se sente muito bem” – tal como nos lembra Harvey (2003, p. 291) quando se refere à compressão do espaço-tempo na condição pós-moderna. Ironicamente, esse desassossego poderá também ser lido como um “mal-estar” contaminando os que transitam pelo campo das Ciências Humanas na contemporaneidade.

A imagem deste tempo de desassossegos, desse mal-estar como um espaço de transição nos remete ao conceito de “entre-lugares”, também desenvolvido por Homi Bhabha (1998). Pelo autor, são estes “entre-lugares” que possibilitam “[...] a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 1998, p. 20).

Tendo em vista este espaço e este tempo e seus consequentes desassossegos, podemos questionar: Existem teorias capazes de compreender o processo de elaboração dessas estratégias de subjetivação? A teoria das representações sociais pode ser uma dessas teorias? É aceitável afirmar a atualização e o vigor teórico e metodológico da teoria das Representações Sociais? Diante dos atuais desafios, a teoria das representações sociais oferece perspectivas à pesquisa e à prática psicossocial? Por quais caminhos é possível e/ou imaginável constituirmos um campo conceitual e metodológico como instrumentos úteis na apreensão desse tempo de desassossegos ou desse mal-estar na atualidade?

Buscando concretizar, ainda mais, esses desassossegos, podemos dizer que somos assaltados constantemente por aspectos aterrorizadores da vida cotidiana. Em meio à turbulência do dia

a dia, imagens aliadas à pobreza, à miséria, à violência, às guerras e às catástrofes, vão se edificando diante de nossos olhos e solidificando significações nem sempre questionadas quanto às suas causas, desdobramentos, ou até mesmo quanto ao seu possível caráter de calamidade. Ao longo de nossa história nossos sentidos foram apreendendo, por exemplo, que pode ser banal matar e morrer por quase nada. Uma representação de sujeito maduro foi sendo aos poucos construída como sendo aquele que em idade adulta “aprendeu” a lidar com as imagens do sofrimento humano com eficiência moral e psicológica “intocável”, ou seja, alheio às diferentes formas de dor que o vasto repertório da realidade cotidiana fixa, imprime e disponibiliza.

Este fenômeno que Hannah Arendt denominou de “banalidade do mal”, e que Guareschi contextualiza como sendo a trivialização do trágico é que nos permite reafirmar o compromisso inicial da pesquisa em Psicologia Social, que gostaríamos de destacar: repensar a prática aliada ao rigor teórico e metodológico necessário às interações com aquilo que a realidade imprime como desafio.

Nossa realidade mais do que nunca ou como sempre, apresenta desafios quase da ordem do inimaginável. Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Enquanto tais eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Questionada quanto às suas condições históricas de produção e reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida de centenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos. Matar e morrer – qualquer um: crianças, jovens, velhos – é uma atividade quase banal no Brasil, e essas banalidades e trivialização do trágico devem nos alertar para a necessidade de não deixar levar pelo que Hannah Arendt uma vez chamou de “banalidade do mal”. Para nós tais preocupações não são jargão. Pelo contrário, elas evocam o nosso compromisso. Repensar a Psicologia Social é repensar a nossa prática, sem perder o rigor da teoria, do método e a capacidade de inter-agir com realidade social [...] (GUARESCHI, 1995, p. 20-21).

No embate desses desassossegos, contextualizado pela necessidade de compreensão e trânsito pelo espaço e tempo caracterizado como de “entre-lugares” o que desenvolveremos neste artigo objetiva discutir a teoria das Representações Sociais e seu possível subsídio para a constituição de uma abordagem dialógica do conhecimento social capaz de contribuir no trato das questões humanas e práticas cotidianas do pensar e fazer pesquisa na contemporaneidade.

Inicialmente pontuaremos alguns aspectos que nos parecem fundamentais no surgimento e na proposta da teoria das Representações Sociais bem como a implicação desta discussão na definição do caráter da Psicologia Social pretendida. Logo em seguida indicaremos o conceito de relação como central para o desempenho do caráter inicialmente declarado, aproximando de uma proposta de tratamento na perspectiva da abordagem

dialógica e conseqüentemente da Psicologia Social Dialógica. Por fim analisaremos a dimensão ética em que através da abordagem dialógica as representações sociais da alteridade podem ser apreendidas

2 A Psicologia Social: uma Psicologia de verdades perigosas

O ano de 2011 baliza os cinquenta anos do surgimento da teoria das Representações Sociais. Uma teoria composta e desenvolvida entre dois séculos, com contextos sociais e históricos distintos e que foi revelando, ao longo deste tempo, não só o seu fôlego, como também a sua capacidade de sobreviver às vicissitudes da realidade imposta aos pesquisadores em exercício.

Considerada como um marco nos estudos psicossociais, a teoria das Representações Sociais foi apresentada por Serge Moscovici em 1961, através de sua obra consagrada *La Psychanalyse, son image et son public* cuja pretensão inicial era a de demonstrar como se dá a formação de “um novo senso comum” a partir de modelos científicos propostos.

Relacionando com outros conceitos, também importantes na história da Psicologia Social, tais como: atitude, cognição social, etc., Moscovici defende a anterioridade do conceito de Representações Sociais, associando sua história e sistematização ao conceito de representações coletivas de Durkheim. Afirmar textualmente que as Representações Sociais fazem parte “do código genético de todas as ciências humanas.” (MOSCOVICI, 2003).

No entanto, se a origem do conceito de Representações Sociais reporta ao conceito de representações coletivas formulado por Durkheim, o seu desenvolvimento, porém, não se dá na mesma perspectiva. Moscovici acabou por rejeitar o conceito de representações coletivas e, entre as razões disto, encontra-se o fato de que sua busca era diferente, seu interesse era por uma sustentação capaz de apreender formas mais abrangentes e heterogêneas de conhecimento, contemplando, por sua vez, fenômenos menos estáveis relacionados às representações contemporâneas. Buscava, e foi construindo assim, o caminho inverso do tratamento das representações coletivas durkheimianas, enquanto entidades explicativas absolutas, irredutíveis a qualquer análise posterior (PEREIRA DE SÁ, 1993).

Enfrentando o problema: “como o conhecimento comum se converte em conhecimento espontâneo?”, Moscovici almejou constituir a teoria das Representações Sociais como um instrumento que possibilitasse a apreensão do “jogo da ciência” convertido em “jogo do senso comum” (MOSCOVICI, 2003). Interessava ao autor, problematizar e apreender este “jogo”

executado por “sábios amadores” onde os fenômenos materiais e coletivos se fazem como “esboços e rascunhos” de manobras do conhecimento que cotidianamente “apresentam o espetáculo do mundo como um mundo do espetáculo”. Esses “sábios amadores”, que em certo sentido todos nós o somos, são aqueles que fazem parte do “mundo da conversação”, prisioneiros, muitas vezes, de visões preconceituosas e/ou acabadas, constituindo algo com um dialeto próprio extraído do “mundo do discurso”, os “famosos jargões”, que, como sugere o autor, “ao pesquisador social só resta inclinar-se” (MOSCOVICI, 1978, p. 56); sujeitos compreendidos numa oposição crítica ao modelo *Black Box*, ou ao modelo que concebe os sujeitos como meras máquinas processadoras passivas de estímulos e emissoras de respostas julgadas e manipuladas como adequadas. Ao contrário desta visão, os “sábios amadores” são aqueles que “possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar um sentido à sociedade e ao universo a que pertencem (MOSCOVICI, 1978, p. 96).

Objetivava, assim, Moscovici, o que ele denominou como sendo a “sociedade pensante”. A “sociedade pensante” como aquela formada pelas pessoas e pelos grupos sociais, enquanto produtores ativos de suas específicas representações e soluções para as questões que eles mesmos se colocam. São estes pensadores, os construtores das “filosofias espontâneas”, não oficiais, porém causadores de grande impacto sobre as relações sociais.

Parte da especificidade das Representações Sociais, ainda na formulação do autor, reside na intenção desta não ser passível de ser reduzida a “simulacros ou resíduos intelectuais sem relação alguma com o comportamento criador”. Atestando o contrário, as Representações Sociais possuem uma “função constitutiva da realidade”, realidade denominada como experiência, na qual a maioria das pessoas se movimenta, e onde: “uma representação social é alternativamente, o sinal e a representação de um objeto socialmente valorizado (MOSCOVICI, 1978, p. 26-27).

Ao longo da trajetória da teoria das Representações Sociais, podemos observar que Moscovici adotou uma postura atenta, estabelecendo uma severa crítica à redução do papel da Psicologia Social a “uma ciência da aparência”. Alertou que para que esta redução não ocorra é necessário não só atentar para “os aspectos mais profundos da realidade social”, como também fazer parte ativa do processo de construção do conhecimento, sua dinâmica e potencialidades de destruir conceitos antigos e criar novos. Nessa perspectiva, considerou que o objetivo científico não deve ser somente a sistematização do conhecimento existente, mas, principalmente o de poder ousar a proposição de conhecimentos novos, estabelecendo como guia os princípios epistemológicos que conduzam à análise daquilo que é “raro”. Argumentou, reforçando

esse entendimento, que para que a “novidade” se constitua como princípio do fazer científico é importante que exista a coragem de abandonar concepções correntes de um determinado tempo. Para isso, a Psicologia Social deve ser “susceptível” e “aberta” a novas ideias, relacionando método e ciência de uma forma diversa: “presentemente, nós respeitamos a ideia de que a metodologia faz uma ciência, em vez de lembrarmos que a ciência deve escolher seus métodos (MOSCOVICI, 2003, p. 165).

A convicção que sustenta esta reflexão é de que para que uma teoria possa perdurar é necessário que ela seja suficientemente elástica e complexa em função da diversidade dos problemas e dos fenômenos que ela deverá tratar. É o valor prático agregado à teoria que aumenta a esperança de vida de um paradigma e contribui para que a Psicologia Social tenha coerência e uma direção clara (MOSCOVICI, 1995).

Desta forma, para que a Psicologia Social se torne “verdadeiramente científica”, afirma ainda Moscovici, é necessário que ela mantenha o seu campo de interesses livre e suas portas abertas às exigências da sociedade. Considerando que “os objetivos de uma ciência são o conhecimento através da ação, juntamente com uma ação através do conhecimento” (MOSCOVICI, 2003, p. 166) o autor acaba por concluir que para que a Psicologia Social se constitua como uma verdadeira ciência, ela deve produzir “verdades perigosas”, sendo que para isso ela também deve se tornar “perigosa”.

Revido e refletindo nessa perspectiva, e assumindo a complexidade da teorização acerca do conhecimento social na contemporaneidade, estamos convictos de que o “laboratório da psicologia social é a vida humana com todas as suas paixões, mitos, diversidades de pensamento e comunicação” (MARKOVÁ, 2006, p. 166). E é nesse laboratório que ensaiamos as próximas considerações, refletindo acerca da teoria das Representações Sociais e apostando no seu potencial de fôlego e na sua capacidade de atualização na constituição da sua vocação de ciência de verdades perigosas.

A busca da reflexão e de potencialização deste *status* de ciência de verdades perigosas, neste artigo, significa ao mesmo tempo um reconhecimento e uma retomada na história da Psicologia, seus limites e um de seus impasses. A hipótese básica que permeia este texto é de que parte destes impasses pode ser enfrentada, assumindo a categoria de relação (GUARESCHI, 2004) como central na abordagem do sujeito e da realidade. Tal hipótese se situa na tradição dos estudos psicossociais e culturais críticos e encontra na teoria das representações sociais, proposta por Moscovici, o seu amparo. Buscaremos, assim, indicar no próximo ponto o

conceito de relação e sua centralidade, bem como os contornos de sua apreensão a partir da abordagem dialógica.

3 A Abordagem dialógica: a categoria de relação, contexto e implicações

Conceito chave e de referência obrigatória na Psicologia Social, o conceito de relação, numa primeira aproximação pode evocar o significado de troca, ou comunicação, ou a algo que a pluralidade do número “dois” indica. No entanto, podemos constatar que existe relação também na singularidade, “pois para haver ‘relação’ não é necessário que haja duas coisas: basta apenas uma que contenha em si, em sua definição, a necessidade, a orientação em direção a outro(s)” (GUARESCHI, 2004, p. 61).

De uma significação mais complexa, portanto, a importância do conceito de relação e de sua utilidade pode ser apreendida sinteticamente, como Guareschi sugere, através da articulação de três questões fundamentais. A primeira diz respeito à própria definição do que é o “social”, e o social visto como uma relação, isto é, “o social é uma relação”, uma relação que comporta tanto a singularidade como a multiplicidade. Essa questão nos remete a uma segunda que requer a compreensão do que é um “grupo social”. Afirmamos que são as relações a matriz de definição da existência ou não de um grupo como social. Se não há relações, não existe um grupo. E a uma terceira questão conseqüente, a qual aponta que a fecundidade do conceito de relação é a sua importância no entendimento do que seja a ética, enquanto palavra e enquanto ação (GUARESCHI, 2004), questão esta que, pela sua importância e implicações, será retomada e mais desenvolvida neste texto.

Considerando esses três níveis de questões podemos considerar que a categoria de relação é a força motriz de uma abordagem dialógica, é ela quem imprime e caracteriza os sentidos do movimento no campo desta abordagem. Para melhor compreender esta afirmação alguns outros conceitos e compreensões devem ser retomados.

Um primeiro conceito é o de dialogia. Mikhail Bakhtin desenvolveu uma importante contribuição no sentido de desenvolver as bases epistemológicas da abordagem dialógica para as Ciências Humanas e Sociais. Dialogia, na perspectiva bakhtiniana, é o caráter da interação verbal, categoria básica da linguagem onde toda enunciação faz parte de um processo de comunicação interminável. “Não há limites para o contexto dialógico”, assim como “não existe a primeira ou a última palavra”. O contexto dialógico se estende de um “passado sem limites” a um “futuro sem limites”. Os diálogos dos séculos passados estão sempre se

renovando pelo seu processo subsequente – futuro do diálogo. Neste processo de desenvolvimento dialógico é que os sentidos que foram esquecidos podem ser recuperados e lembrados de forma renovada em um novo contexto. Assim, “não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo (BAKHTIN, 2003, p. 410). Esta nova epistemologia proposta impõe assumir não só o diálogo como um processo ativo entre dois ou mais sujeitos, como também um novo estatuto epistêmico ao **outro** como um “outro sujeito”.

Nos limites dessa nova epistemologia podemos retomar a categoria inicialmente proposta afirmando que não existe diálogo, sem que exista relação. Tendo assim a relação como categoria básica e a dialógica como princípio, podemos afirmar que na história da Psicologia Social a teoria das Representações Sociais é um exemplo de epistemologia dialógica. Mais recentemente autores como Ivana Marková (2006) e Sandra Jovchelovitch (2008) sugerem uma teoria do conhecimento social baseada na dialogicidade no âmbito do que postulam como uma “Psicologia Social Dialógica”. Marková defende que a dialogicidade é “a condição *sine qua non* da mente humana”. Por dialogicidade compreende “a capacidade da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais em termos do *Alter*” (MARKOVÁ, 2006, p. 15).

No entanto, podemos admitir também através da autora, que a adoção da perspectiva do **outro** não é um processo que se dá de forma fácil e como uma simples escolha na sua direção. Tão pouco a dialogicidade é o produto da redução da tensão e do conflito.

Moscovici, ao longo de sua produção acadêmica, também atribuiu um papel central à tensão, como um fator preponderante na mudança. A tríade dialógica **alter-ego-objeto**, conforme o triângulo semiótico configurado pelo autor é marcada pela tensão como força de interação.

Já Marková considera que a dialogicidade implica tanto na tensão, como na falta desta, assumindo como fundamental o reconhecimento do **outro** e a sua luta pelo autorreconhecimento. “São as antinomias do Alter-Ego que fazem com que a dialogicidade seja uma base plausível para a teoria do conhecimento social.” (MARKOVÁ, 2006, p. 166-167).

Nossos estudos, no entanto, nos levam a crer que havendo ou não tensão a força que nos leva à interação com o **outro** é a força nominada como relação. Vejamos, agora, como esta tensão que compreendemos como relação pode se expressar no âmbito de nossa prática enquanto pesquisadores sociais implicados.

Na tentativa de explorar as antinomias geradas pelas tensões/relações no contexto da situação de pesquisa, Jovchelovitch

desenvolve alguns argumentos importantes que contribuem na demarcação e compreensão da pesquisa como ato dialógico. Ampara-se na unidade de análise proposta **eu-outro-objeto** para delimitar tanto a dinâmica interna do que é estudado e observado (tríades interativas) como o próprio ato de observar. Neste sentido, é que a autora reafirma que “toda a pesquisa é pesquisa participante porque aqueles envolvidos no ato da observação estão eles próprios, interagindo com o objeto, que está sendo observado (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 284).

Analisando a pesquisa como um espaço de intervenção e implicação do pesquisador de forma ativa e participativa, Jovchevitch discute dois níveis relacionados da atitude dialógica. Um primeiro nível é o do “reconhecimento da pertença” e da impossibilidade de se escapar dos limites que por ela são impostos como o limite da cultura, da tradição científica, do período histórico, entre outros. O segundo nível da atitude dialógica é a natureza de nossa relação com o campo. Ou seja, faz parte da atitude dialógica o intercâmbio baseado no reconhecimento das diferenças tendo como primazia a comunicação em detrimento de relações de poder/saber por vezes assimétricas. Ouvir o **outro** e permitir a expressão maior possível do campo, redefinindo e readequando a teoria e a metodologia do pesquisador, são condições necessárias da atitude dialógica. O ato dialógico acontece neste espaço de confronto entre os diferentes tipos de saberes. Um processo de disputa que poderá fazer emergir conhecimentos alternativos, correções de perspectivas acarretando transformações e ampliando as fronteiras onde os conhecimentos podem constantemente testar sua capacidade de interação com a realidade.

Com base nessas concepções, no próximo ponto apresentaremos uma dimensão de tratamento para a teoria das representações sociais tendo como fundamento a abordagem dialógica e a centralidade da categoria de relação que é a dimensão da ética.

4 Em busca da dialogicidade ainda possível: o que fazer diante da dor do outro?

Parece-nos oportuno concretizar a discussão deste artigo apontando para um tratamento possível das representações sociais numa abordagem dialógica. Nada nos parece mais desafiador do que um dos dilemas éticos que persegue a teorização e a prática em Psicologia Social que é: o que fazer diante da dor dos outros?

Podemos considerar que no campo da Psicologia Social questões ligadas à ética, à justiça e à alteridade ainda são pouco discutidas. Reconhecemos a amplitude e a complexidade da tarefa no tratamento da questão proposta. E o que virá a seguir não possui a pretensão de resposta, mas fundamentalmente de

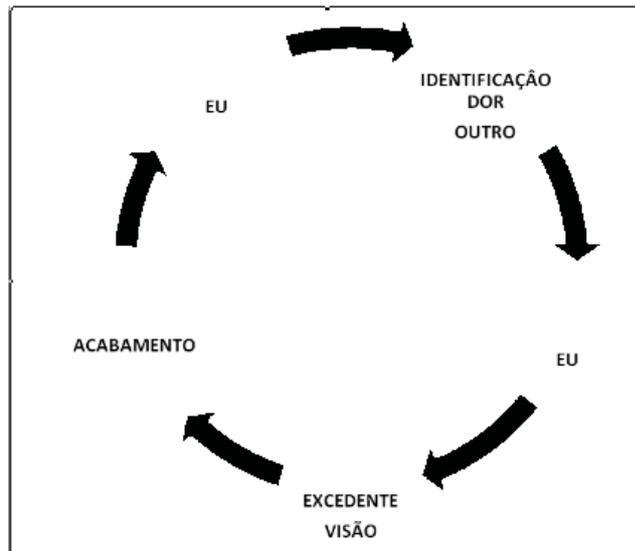
reencontro da pergunta que não cala: o que fazer diante dos outros? No enfrentamento que nos remete a magnitude desta questão reforçamos a compreensão de que não existe ação humana que não pressuponha a ética. E reafirmando a hipótese básica de que sendo a categoria de relação central na abordagem psicossocial do sujeito e da realidade, cabe retomar aqui a questão também anteriormente referida, que é a indissociabilidade da categoria de relação da dimensão da alteridade, da ética.

Comprendemos que pensar o humano a partir das relações faz com que uma nova dimensão surja: a dimensão da alteridade. Pensar o humano é assim manter coesa a íntima relação **eu-outro**. E nesta dinâmica este **outro** é alguém necessário e imprescindível para a compreensão de mim mesmo (GUARESCHI, 1995, p. 160-161).

No entanto, algo aqui merece ser destacado. Sabemos que existe uma impossibilidade de coincidência de olhares entre o **eu** e o **outro**, mesmo em se tratando das mesmas situações vividas. O que o **eu** contempla difere do horizonte de visibilidade que ao **outro** é possível. Estamos assim diante de mais um problema que se verifica através dessa diferença de horizontes e que Bakhtin nos auxilia a compreender através do conceito de “excedente estético”.

Para Bakhtin (2003) um “excedente estético” deve estar aliado a um ato ético para que as soluções se tornem possíveis. Para compreender a dinâmica deste processo aplicando ao dilema proposto (o que fazer diante da dor do **outro**?) seguimos o fluxo proposto pelo autor: Inicialmente o Eu se coloca diante do sofrimento do **outro**, que o vivencia como sofrimento “dele”, enquanto **outro** e não como seu. A dor do **outro**, nesta visão, não é algo capaz de provocar um grito, mas sim “uma palavra de consolo e um ato de ajuda”. Relacionar ao outro aquilo que foi vivenciado se faz como condição necessária do conhecimento ético e estético, sendo que a atividade estética começa somente no momento em que o **eu** retorna para ele mesmo, fora da dor do **outro** e de seu sofrimento. Nesse retorno para si mesmo no **eu** se produz um acabamento que confere plasticidade ao sofrimento expresso pelo Outro. Os detalhes, os tons volitivo-emocionais da expressão do sofrimento interior do Outro, no Eu tornam-se elementos que vão compondo um quadro, uma imagem, ou seja, efetivando o acabamento. A conclusão da imagem do sofrimento do **outro** no **eu** é extraída, do “excedente da visão” do **eu**, da sua vontade e do seu sentimento. A seguinte figura, por nós esboçada, talvez permita uma maior visualização do fluxo e da dinâmica explícita.

Figura 1- Dinâmica das representações da dor eu - outro



Nessa dinâmica, ou nesse processo de acabamento é que nos parece que pode se esboçar a tarefa principal do pesquisador, cabendo a este um retorno à sua própria limitação, sem abandonar a interrogação inicial, quando em movimentos exaustivos se pergunta: o que faço diante da dor do outro? E indo mais além, quando esse eu, já somos nós, pesquisadores sociais, é importante não deixar de perguntar em conjunto: o que temos feito diante da dor do outro? A sustentação do peso dessa pergunta se apresenta assim, no horizonte de uma abordagem dialógica como uma tarefa inalienável da formação do pesquisador e do curso do conhecimento que através dele se faz como processo e como perspectiva.

Retomando, por fim, ao clima de desassossego, inicialmente referido, estamos neste momento em condições de dizer que em momentos como este, em que a visibilidade histórica padece pela aparência das tantas indeterminações às quais somos submetidos, buscar, ou pautar a dimensão ética, tanto pelo método como pela teoria das representações sociais é atualizar o sentido original que dá significado à trajetória da Psicologia Social e seus renovados desafios.

Nada pode parecer mais perigoso do que assumir uma das verdades já referida, que é a de que somente somos na relação com o **outro**. E, se num extremo dessa nossa condição humana, “demasiadamente humana”, somos ainda capazes de sustentar o peso da pergunta – o que fazer diante da dor do outro? – sem fugir da responsabilidade que esta acarreta, talvez possamos concluir, através de Dostoievski, ampliando o trabalho e re-dizendo em unísono: “Todos somos responsáveis de tudo e perante todos, e eu mais que todos os outros”. Diante disso, podemos perguntar ainda: o que são cinquenta anos de uma teoria? Arriscamo-nos

a dizer que talvez seja só uma distância, que poderá estar mais perto, ou mais longe, de ser mais verdadeira e perigosamente atravessada. Depende fundamentalmente da **relação** na direção que estabelecemos com o Outro, como **relação** que nos indica com precisão a direção para nós mesmos.

Between-places of dangerous truths: the social representations theory, the other's pain and the still possible dialogical

ABSTRACT

This article fits into the tradition of psychosocial and cultural argumentative studies. It approaches the Social Psychology and its possible attribute of being able to produce "dangerous truths" through the perspective of the Social Representations theory (MOSCOVICI, 1971). The relation category as a central subject in the approach of the subject and the social reality (AUTOR 2, 1998) is the basic hypothesis that permeates the text. We establish, therefore, a dialogue combining the thoughts proposed by Marková (2006) and Jovchelovitch (2008) on the boundaries of a Dialogic Social Psychology constitution. We conclude by presenting a possible method of management of the Social Representations theory into this approach by debating the ethic dilemma: what to do in response to Other's pain? As auxiliary elements in this perspective, we use the concepts of "dialogism" and "surplus of vision" from the bakhtinian theory. We conclude by resuming direction, in the sense of an affirmation of a Dialogic Social Psychology, a Social Psychology of dangerous thruts.

KEYWORDS: Social representations. Social Psychology. Dialogic approach.

Entre-lugares de verdades peligrosas: la teoría de las representaciones sociales, el dolor del otro y la dialogicidad aun posible

RESUMEN

Este artículo se inserta en la tradición de los estudios psicosociales y culturales críticos. Discute la Psicología Social y su posible carácter de ciencia productora de "verdades peligrosas" desde la perspectiva de la teoría de las Representaciones Sociales (MOSCOVICI, 1971). La hipótesis básica que impregna el texto es la centralidad de la categoría de relación (GUARESCHI, 1995) para abordar el sujeto y la realidad social. Se establece para tal fin, un diálogo con las ideas propuestas por Marková (2006) y Jovchelovitch (2008) en el marco de la constitución de una Psicología Social Dialógica. Se concluye presentando una posibilidad de tratamiento de la teoría de las Representaciones Sociales sobre esta base, debatiendo el dilema ético: ¿qué hacer con el dolor del otro? Usamos como auxiliares en esta perspectiva los conceptos de "dialogismo" y "excedente de visión" de la teoría de Bajtín. Finalmente concluimos por la reanudación de la dirección, en el sentido de afirmación de una Psicología Social Dialógica, una Psicología Social de verdades peligrosas.

PALABRAS CLAVE: Representaciones sociales. Psicología Social. Enfoque dialógico.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.
- BHABHA, H. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- FIGUEIREDO, L. **Revisitando as Psicologias**: da epistemologia à ética nas práticas e discursos psicológicos. São Paulo: EDUC, 1995.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Psicologia Social crítica**: como prática de libertação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.
- JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MOSCOVICI, S. A Representação social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho A. ; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PEREIRA de SÁ, C. O Conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). **O Conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SANTOS, B. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2005.

Denise Bussoletti

*Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).
Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).
E-mail: denisebussoletti@gmail.com*

Pedrinho A. Guareschi

*Doutor em Psicologia Social pela University of Wisconsin at Madison.
Pós-doutorado no Departamento de Ciências Sociais na Universidade de Wisconsin.
Pós-doutorado no Departamento de Ciências Sociais na Universidade de Cambridge.
Professor Convidado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: pedrinho.guareschi@ufrgs.br*